

Estudo Técnico Preliminar 72/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23034.002698/2024-91

2. Descrição da necessidade

2.1. O objeto do presente processo é a realização de pregão para aquisição de mobiliário corporativo, incluindo, cadeiras, poltronas, sofás, bancos, armários, biombos e mastros para bandeira, destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

2.2. Em uma recente pesquisa de clima organizacional, registrada sob o SEI nº 4326443, foram identificadas diversas reclamações relativas ao modelo de cadeiras atualmente disponível para uso dos servidores e colaboradores nas estações de trabalho. As queixas recebidas destacaram problemas com o conforto e a ergonomia das cadeiras, que têm contribuído para desconfortos físicos. À vista disso, faz-se importante apontar que a última aquisição de mobiliário pelo FNDE foi realizada em 2013, processo 23034.000719/2013-81.

2.3. Desde então, não houve a atualização significativa dos itens e o uso contínuo tem causado um desgaste e deterioração e uma defasagem em relação às normas ergonômicas mais recentes, comprometendo não apenas a estrutura física dos ambientes de trabalho e a rotina administrativa, mas também pode afetar a saúde dos servidores e colaboradores que desempenham suas atividades presencialmente, ou seja, esse desgaste não se limita ao aspecto estético, podendo comprometer a funcionalidade, segurança e conforto dos espaços, impactando diretamente na qualidade dos serviços prestados.

2.4. Sendo assim, é essencial oferecer maior conforto aos servidores e colaboradores do FNDE, garantindo assim um ambiente de trabalho que favoreça a saúde e o bem-estar, haja vista que mobiliário corporativo desempenha um papel crucial na criação de um ambiente de trabalho que promova a produtividade e o conforto. Logo, é fundamental atualizar mobiliário para assegurar que a organização continue a operar de forma eficaz e a promover um ambiente de trabalho saudável.

2.5. Além disso, é necessário estabelecer uma reserva técnica de mobiliário, em função da chegada novos servidores à Autarquia, oriundos dos concursos realizados em 2023 e 2024, permitindo que a autarquia mantenha um ambiente de trabalho funcional e bem equipado, mesmo com o aumento no número de funcionários. Isso não apenas facilitará a adaptação dos novos servidores, proporcionando-lhes condições adequadas desde o início de suas atividades, mas também permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos e uma melhor organização dos ambientes de trabalho.

2.6. Portanto, a aquisição de mobiliário e a adequação dos ambientes não apenas atendem a uma necessidade operacional, mas também refletem um compromisso com a qualidade dos serviços oferecidos, reforçando a responsabilidade pública da entidade em

proporcionar um ambiente seguro e funcional aos seus funcionários e o comprometimento com as melhores práticas em gestão de recursos humanos e condições de trabalho.

2.7. Ante o exposto, faz-se necessário proceder com a aquisição de mobiliário corporativo em questão para a renovação e adequação do ambiente físico onde são desenvolvidas as atividades da autarquia. A atualização do mobiliário é essencial não apenas para substituir itens desgastados, mas também para criar um ambiente de trabalho mais eficiente, confortável e seguro.

2.8. Na esteira da aquisição em tela cabe, igualmente, observar a premente necessidade de outros itens de mobiliário, tais como, armários, bancos e biombos destinados a ambientes de vestiário, com o propósito de constituir espaço devidamente equipado, apropriado, seguro, privado, para higiene pessoal, guarda de pertences pessoais (carteiras, celulares e outros objetos de valor) de forma temporária e troca de roupa ou fardamento, contribuindo para a melhor organização e ergonomia dos recintos já existentes no FNDE, visando ao bem-estar e conforto dos colaboradores que desenvolvem suas atividades de modo presencial nas dependências da autarquia e que regularmente necessitam de se utilizar desses locais.

2.9. Semelhantemente, a base/mastro para bandeira é importante para compor os ambientes da autarquia como auditórios, palcos, gabinetes que atualmente não dispõem desse tipo de equipamento, em face de atendimentos da alta gestão do FNDE e eventos de caráter solene e oficial.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Logística e Documentação - CGLOD	Natércia Cristiane Mendes de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação visam auxiliar na seleção da proposta mais vantajosa. Para isso, são necessários alguns padrões mínimos garantindo que os materiais a serem adquiridos sejam seguros, eficazes e eficientes para os fins a que se destinam.

4.2. Como requisito essencial, os bens deverão ser novos e entregues adequadamente acondicionados em suas embalagens originais lacradas. Deverá ser comprovado que estão em fase normal de produção /fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários para sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros documentos pertinentes.

4.3. Os bens a serem adquiridos demandam uma logística em seu deslocamento e entrega nas instalações da contratante, cujo custo de entrega até o local determinado, bem como a montagem, deve estar incluso no preço dos produtos.

4.4. Requisitos ergonômicos:

4.4.1. Considerando as diferenças físicas dos servidores e colaboradores, o mobiliário (cadeiras, poltronas e sofás) deve permitir o apoio dos antebraços, a fim de evitar postura estática forçada, e possuir regulagens de ajuste conforme as características antropométricas do usuário (altura, peso, comprimento das pernas etc.);

4.4.2. Para cadeiras ergonômicas, além dos requisitos previstos na NR-17 e na NBR 13.962, recomenda-se que, sempre que possível, o encosto possua apoio lombar regulável em profundidade (tensão) e ajustável em altura, além de apoio para o antebraço com regulagem de altura e apoio cervical.

4.5. Requisitos e critérios de sustentabilidade:

4.5.1. Todo mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por um laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve ser acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo contendo informações necessárias e suficientes para a perfeita identificação do modelo ou da linha, incluindo o modelo do produto.

4.5.2. Os relatórios devem demonstrar que o ensaio do produto ofertado está em conformidade com as Normas Brasileiras pertinentes. Para tanto, será exigido laudo para os seguintes produtos, sem prejuízo de ampliar essa lista:

4.5.2.1. Para cadeiras: NBR 13962/2006, NBR 8516/2015, NBR 8910/2016, NBR 9176/2016, NBR 8797/2017, NBR 14961/2019, NBR 8515/2020 ou versões posteriores.

4.5.2.2. Para sofás e poltronas: NBR 8094:1983, NBR 8096:1983, NBR 10443/2008, NBR 11003/2009, NBR 8095:2015, NBR 16405 de 07/2015 ou versões posteriores.

4.5.2.3. Para armários e bancos de vestiário: ABNT NR 24.

4.5.3. Os relatórios devem detalhar a constituição do produto, mencionando os materiais usados na fabricação, bem como suas características e desempenho.

4.5.4. Serão solicitadas amostras dos produtos.

4.6. O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial, sob pena de desclassificação da proposta, laudo de ergonomia em conformidade com a NR-17 do MTE, emitido por um engenheiro de segurança do trabalho ou por um profissional com especialização em ergonomia devidamente habilitado. O laudo deve ser entregue juntamente com os demais documentos exigidos.

4.7. A partir de consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis foi possível identificar critérios e práticas de sustentabilidade voltadas aos produtos objeto deste ETP.

a) Para os itens que apresentarem estruturas de madeira, tintas, que utilizarem solventes, vernizes e secantes, para esses itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

b) A produção, quando possível, deverá acontecer com materiais reciclados, biodegradável, atóxico, dentre outros;

c) Relativamente ao modo de produção, não poderá haver utilização de trabalho escravo ou infantil, e deverá ser fabricado com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;

- d) Na distribuição, utilizar embalagens compactas, quando possível, de indústria e de produtor local;
- e) A logística reversa, conforme o caso, é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de resíduos industriais dos produtos utilizados, conforme previsto no art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021;
- f) Obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.7.1. Nota:

4.7.1.1. O Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria nº253, de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), constitui licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, contendo as informações sobre a procedência desses produtos, nos termos do art.36 da Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012 (Lei de Proteção da Vegetação Nativa) 3. Já o FSC– *Forest Stewardship Council*® e o CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) são certificações voluntárias que atestam a identificação de critérios e indicadores de sustentabilidade do manejo florestal relativo a toda a cadeia de custódia da matéria-prima.

4.7.1.2. Em síntese, apesar de mencionado no Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, o DOF serve mais ao propósito de validar o manejo de madeira utilizada em móveis de fabricação quase artesanal, confeccionados a base de madeira de lei proveniente de floresta e não os móveis de MDF ou MDP, como os exigidos nas contratações em tela. Além do mais, por se tratar de documento compulsório, sua emissão já é fiscalizada por outro órgão do Estado, cuja exigência numa licitação pública pode equivaler a um duplo ônus aos licitantes ou seus fabricantes. Assim, a exigência dos certificados FSC ou CERFLOR garante o cumprimento do objetivo de efetuar contratação sob os critérios mais avançados de sustentabilidade de modo a encontrar fornecedores que tenham práticas que sejam ecologicamente adequadas, economicamente sustentáveis e socialmente justas; além de consistir em mecanismos amplamente usados no mercado de qualificação de fornecedores de móveis corporativos.

4.7.1.3. Esses sistemas funcionam como garantia internacionalmente reconhecidos que identificam, através de sua logomarca, produtos madeireiros e não madeireiros originados do bom manejo florestal, sendo possível conhecer a origem e assegurar que o produto consumido advém de uma fonte responsável (uso da cadeia de custódia como forma de controle). No Informativo de Licitações e Contratos n.176-2013 do Tribunal de Contas da União–TCU, se reconhece que, “perante a vasta legislação ambiental vigente, em especial a que disciplina o correto manejo florestal, entendo que as empresas moveleiras, em sua maioria, possuem condições de atender a tal exigência, uma vez que a procedência legal da madeira é situação *sine qua non* para produzirem, sob pena de serem punidas nos termos da lei”. Ademais, a Administração se coaduna com a “redação dada pela Lei nº12.349/2010 ao art. 3º da Lei de Licitações, que coloca a sustentabilidade como parte do problema a ser considerado nas contratações públicas”. Assim, ao exigir a atestação da madeira na condição de consumidor final, “cumpre seu papel na busca do uso sustentável das florestas brasileiras; ao mesmo tempo em que contribui, diretamente, com a Política Nacional do Meio Ambiente, no que concerne à compatibilização do desenvolvimento econômico-social.

4.7.1.4. Com grifos, extraído de <https://br.fsc.org/br-pt/tipos-de-certificacao/manejo-florestal>, acessado em 30/01/2024. Conselho de Manejo Florestal (ForestStewardshipCouncil®-FSC®F000204) é uma organização não governamental que atua de forma independente e sem fins lucrativos, criada no final da década de 1980, por iniciativa

de algumas instituições e pela pressão da sociedade europeia, que estava preocupada com o avanço da destruição das florestas tropicais pelo mundo. Na versão brasileira, o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal tem como missão difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica. (adaptado de Wikiédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_de_Manejo_Florestal)) e portal do FSC Brasil (<https://br.fsc.org/br-pt/quem-somos/misao-e-visao>) acessado em 30/01/2024. O Cerflor é o Programa Brasileiro de Certificação Florestal e foi desenvolvido dentro da estrutura do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Sinmetro. Este Sistema tem como órgão normativo o Conselho Nacional de Metrologia, normalização e Qualidade Industrial, Conmetro, e como órgão executivo o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, Inmetro. O Cerflor tem como desafio principal sensibilizar empresários do setor florestal da importância da certificação. Além disso, busca fomentar e criar mecanismos para que pequenos e médios produtores florestais possam se certificar e disseminar a certificação de cadeia de custódia. Esse Programa obteve reconhecimento internacional pelo PEFC, organização independente, não governamental, sem fins lucrativos, criada em 1999 como objetivo de promover a sustentabilidade do manejo florestal realizada por meio da certificação de terceira parte. Com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico' (art.4º, inciso I, da Lei 6.938, de agosto de 1981) ". Nesse sentido, "a administração pública pode contribuir fortemente para a preservação do meio ambiente. Com influência expressiva na economia nacional, as compras governamentais mostram-se importantes indutores da política ambiental brasileira". Acórdão 2995/2013 - Plenário, TC019.848/2013-7, relator Ministro Valmir Campelo, 6.11.2013.

4.8. Encargo (Montagem):

4.8.1. A empresa se responsabilizará por entregar e montar o mobiliário nas instalações do **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**, situado nos seguintes endereços: **SBS QUADRA 2 - BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE e SAAN QUADRA 1 – LOTES 170 /230, ambos em BRASILIA - DF.**

4.9. Garantia:

4.9.1. Para os itens de cadeiras, poltronas e sofá será exigida garantia de, no mínimo 5 (cinco) anos, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e o período restante pela CONTRATADA, caso o fabricante não forneça. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido; e a contratada se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do CDC.

4.9.2. Para os demais itens a garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses.

4.10. Assistência:

4.10.1. A Contratada deverá prestar garantia/assistência técnica na local indicado para a entrega dos materiais nas instalações da Contratante.

4.10.2. Caso os serviços de assistência técnica não possam ser executados nas dependências da Contratante, os materiais poderão ser removidos para oficinas da empresa Contratada ou por ela indicadas, mediante justificativa e prévia autorização.

4.10.3. A Contratada arcará com todos os custos para o conserto dos materiais em garantia, incluindo despesas com avaliação, substituição, material, mão de obra, transporte e demais despesas incidentes.

4.10.4. A Contratada deverá proporcionar à Contratante todos os esclarecimentos e informações necessários para a utilização e operação do material, bem como sobre o andamento de eventuais acionamentos da garantia.

4.11. Padronização:

4.11.1. Por meio deste vimos apresentar justificativa acerca da não participação de empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio no presente procedimento licitatório. Acerca dos consórcios estende-se que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração devidamente justificada, conforme artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “*de alta complexidade ou vulto*”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço, visto que não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração. Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente certame.

4.11.2. Não é recomendável divisão em cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006; e do Decreto 8.538, de 6/10/2015, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em face do princípio da padronização, descrito no art. 40, V, da Lei nº 14.133/2021, que impõe a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho entre os itens, de maneira uniforme, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

4.12. Quanto aos processos administrativos internos, a Adjudicatária deve:

4.12.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram realizadas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP e no Painel de Preços, conforme SEI nº 4354988, 4506922, 4507308, 4507340, 4319825, 4320836, 4320849, 4473185, 4473192, de contratações similares de mobiliário feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

5.2. Para tanto, observa-se que vários órgãos efetuam compras de mobiliário, de forma abundante e difusa, sendo uma contratação bastante comum, nas três esferas da Federação.

5.3. Na esteira da análise mencionada, foram identificados alguns fornecedores capazes de atender à demanda da Administração a título exemplificativo, conforme quadro a seguir:

MATERIAL	FABRICANTES	FORNECEDORES
Cadeiras e Poltronas	FLEXFORM	Diversos
	BEST	Diversos
	DT3OFFICE	Dt3office
	POLTRONA MATERIAL ESTRUTURA	Poltrona Material Estrutura
	FLEX	Sergio Domingues e cia LTDA
	PLAXMETAL	Diversos
	TECNO2000	Tecno2000
	ROAL	Roal
Sofá	FCT	Mastercom comercio
	MARELLI	Kubic comercio de móveis LTDA
	ART.CONFORTO	Carmen Hislam
	FLEX	Sergio Domingues e cia LTDA
Armário	W3 INDUSTRIAS	W3 industrias Reunidas S /A
	W3	T2D soluções LTDA
	IGMA	Diversos
	EDE	E. Tripode Indústria e comercio de Móveis LTDA

	ELLOS	Ellos indústria e comércio de Móveis LTDA
Banco	TEC2000	Tecno2000
	FLEXIBASE	Diversos
	ARTNOBRE	D&S Indústria de móveis e cozinhas LTDA
	BORTOLINI	Bortolini Indústria de móveis LTDA
Biombos	TRAMA E TELA	Trama e Tela Industria e Comércio de Móveis LTDA
	PORTAL	Malu Distribuidora e Representações LTDA
	TUBOMED	LRF Distribuidora LTDA
Mastro e suporte de bandeira	FAB BANDEIRAS	Graziela Maria Tavares da Silva
	INOVA LASER	Inova Laser Comunicação Visual LTDA
	FÁBRICA DAS BANDEIRAS	Fábrica das Bandeiras Industria Comercio de Confeções Serviços e Acessórios LTDA
	FLAGBANNER	Flagbanner Industria e Comércio LTDA
	BANDESUL	Bandesul Industria e Comércio LTDA
	BANDEIRASHOP	Ari Oscar Júnior (50.270.334)

5.4. Dessa forma, vê-se que há diversidade de empresas fornecedoras destes tipos de produtos, e a lista acima é meramente exemplificativa.

5.5. Ainda, em pesquisa nos portais do FSC (<https://www.br.fsc.org/br-pt>) e do CERFLOR (<https://www.sysflor.com.br/clientes/>) foram encontrados mais de 100 (cem) clientes que trabalham com madeira certificada como matéria-prima. Com este número resta garantida a competitividade e a busca por propostas mais vantajosas para a Administração.

5.6. No levantamento de mercado efetuado analisou-se ainda a evolução de contratações anteriores do FNDE. Entretanto não foram observados achados relevantes, mas apenas a necessidade de evolução das especificações, considerando a evolução tecnológica e adequação às exigências ambientais e de ergonomia que reflitam em contratações mais sustentáveis.

5.7. Para avaliação das alternativas possíveis para atender a demanda, observam-se três possíveis soluções, cuja análise consta a seguir:

SOLUÇÃO 1: Locação dos mobiliários	
VANTAGENS <ol style="list-style-type: none"> 1. Não há ônus na manutenção da assistência técnica e dos riscos de utilização. Em caso de problemas, o locador substituirá o bem. 	DESVANTAGENS <ol style="list-style-type: none"> 1. O aluguel de mobiliário é uma solução para as necessidades temporárias, o que não o caso, cuja utilização será de forma permanente; 2. Com a utilização permanente o custo da locação superaria o de depreciação dos bens, por exemplo, tornando o aluguel inviável.
ENCAMINHAMENTO: A Solução não atende as necessidades da Administração.	

SOLUÇÃO 2: Aquisição do mobiliário (fornecimento fracionado)	
VANTAGENS <ol style="list-style-type: none"> 1. Suprir necessidade da Administração; 2. Demanda para utilização permanente. 	DESVANTAGENS <ol style="list-style-type: none"> 1. Custos de manutenção e depreciação; e 2. Desfazimento ao final da vida útil. Entretanto, estes custos serão absorvidos de forma gradual ao longo do tempo.

ENCAMINHAMENTO:

Solução atende à demanda.

SOLUÇÃO 3: Aquisição por meio de adesão à Ata de SRP de outros órgãos federais

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<div>1. Suprir necessidades frequentes da Administração;</div> <div>2. Previsão de entregas parceladas;</div> <div>3. Otimização do processo de licitação pelo FNDE, devido à possibilidade de redução do número de licitações redundantes;</div> <div>4. Celeridade na contratação (contratação imediata);</div> <div>5. Faculdade do órgão/entidade efetuar ou não a aquisição pretendida.</div> <div>6. Otimização da logística de entrega /recebimento/distribuição dos produtos pelo órgão/entidade;</div> <div>7. Melhor racionalização da gestão orçamentária do órgão/entidade.</div>	<div>1. Defasagem entre a realidade do mercado e os dados registrados em eventuais casos de variações de preços;</div> <div>2. Possibilidade de inadequação do objeto;</div>

ENCAMINHAMENTO:

Solução atende à demanda. Ressalta-se que para mitigar as desvantagens descritas, foi realizada pesquisa de preço e inseridos neste Estudo Técnico Preliminar os requisitos da contratação, assim como, será solicitada apresentação de amostras.

5.8. Após consulta realizada no PNCP verificou-se a existência de Atas decorrentes de SRP processado por outros órgãos da Administração Pública Federal.

5.8.1. Para o item 1 (poltrona giratória tipo Presidência/diretor) da tabela constante do tópico 7 do presente documento, foi verificada a existência da **Ata de Registro de Preços nº 08/2024** do MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS/Superintendência Regional de Administração no Estado do Acre, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90005/2024, cujo item 33 apresenta objeto similar ao pretendido pelo FNDE, da seguinte forma:

Item	Objeto	Quant.	Valor Unitário registrado em Ata

33	ARP 08/2024		
	Cadeira giratória encosto alto revestidos por malha respirável, braços reguláveis, com apoio de cabeça e cabideiro.	329	R\$ 5.370,00
	Fabricante: F.L Indústria		
	Marca: Asta Mobili.		
	Modelo: Linha AL21 Giro 360 Mesh		

5.8.2. O valor unitário do item citado registrado na ARP nº 08/2024 encontra-se plenamente compatível com os praticados pelo mercado, conforme se infere do valor estimado e informado na tabela contida no tópico 8 deste documento, obtido a partir de contratações realizadas por outros órgãos da administração pública.

5.8.3. Semelhantemente, para os itens 2 (cadeira giratória espaldar alto/apoio de cabeça – Coordenador-Geral/Coordenador) e 3 (cadeira giratória espaldar médio – servidores /colaboradores) da tabela constante do tópico 8 do presente documento, foi verificada a existência das **Ata de Registro de Preços nº 17/2024 e da Ata de Registro de Preços nº 18 /2024**, ambas da JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ, decorrente do Pregão Eletrônico nº 013 /2024, cujos itens 1, 2 e 3 (ARP 17/2024) e itens 4, 5 e 6 (ARP 18/2024) discriminam objeto que atendem ao pretendido pelo FNDE, da seguinte forma:

Item	Objeto	Quant.	Vlr. Unitário
1	ARP 17/2024	3.100	R\$ 2.960,00
2	Cadeira giratória espaldar alto, com braços, encosto cabeça, Marca:	285	
3	TOK Modelo: 91F1TL	187	
4	ARP 18/2024	420	R\$ 857,00
5	Cadeira giratória espaldar médio, com braços.	1.079	R\$ 835,80
6	Marca: P. Móveis Modelo: Diretor	340	R\$ 915,40

5.8.4. A possibilidade de adesão, pelo FNDE, aos itens mencionados registrados na ARP nº 18 /2024 deverá observar o limite (50%) permitido pela legislação em vigor (Decreto nº 11.462 /2023).

5.8.5. Os valores unitários registrados na mencionada Ata encontram-se plenamente compatíveis com os praticados pelo mercado, conforme se infere do valor estimado informado

na tabela contida no tópico 8 deste documento, obtido a partir de contratações realizadas por outros órgãos da administração pública.

5.9. Entende-se que a adesão, pelo FNDE, às referidas Atas de Registro de Preços, observando o limite (50%) permitido pela legislação em vigor, se traduz em medida de eficiência administrativa.

5.10. Logo, a solução a ser encaminhada compreende a adesão às Atas de Registro de Preços acima referidas (Solução 3), para os itens 1, 2 e 3 deste ETP, como também, a aquisição do mobiliário via Pregão Eletrônico próprio (Solução 2), para os demais produtos (itens 4 a 8) deste ETP.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta para aquisição dos itens 1 a 3 é a adesão às Atas de Registro de Preços indicadas no subitem 5.8 deste ETP, e a realização de pregão eletrônico para aquisição dos demais itens (itens 4 a 8) deste ETP.

6.2. Em qualquer solução adotada, deverá estar incluída a entrega e montagem dos itens nas instalações da contratante, garantia observando os prazos estipulados para cada item, prestação de garantia/assistência técnica do mobiliário nas instalações da contratante ou nas oficinas da contratada ou por ela indicadas, e a apresentação de certificados de rastreabilidade e de cadeia de custódia da matéria-prima. Além disso, serão exigidos laudos de cumprimento das normas da ABNT e de ergonomia dos itens 4.5. e 4.6. citados anteriormente.

6.3. Justificativa pela estratégia de contratação: A possibilidade de adesão às Atas de Registro de Preços de outros órgãos da administração pública federal para parte dos itens discriminados neste ETP tem previsão legal na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) e encontra-se devidamente regulamentada pelo Decreto nº 11.462/2023, além de se revelar como solução altamente eficiente dada a celeridade na aquisição e a racionalização da gestão orçamentária do órgão/entidade. Igualmente, para outra parte dos itens indicados nestes ETP, o uso do pregão, que é uma modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns onde a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, ou seja, é amplamente reconhecido como um procedimento ágil, transparente e eficiente para a compra de bens e serviços comuns pela administração pública de acordo com art. 29 da Lei 14.133/2021.

6.4. Natureza: verifica-se que se trata de materiais comuns e, no caso do pregão eletrônico a ser realizado, o critério de julgamento poderá ser o de menor preço, conforme disposto no art.

6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021, e no §1º do Art. 2º do Decreto 10.024 de 20/09/2019. As especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado, indicando objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos itens que esta Administração pretende adquirir.

6.5. Tipo: compra - aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.

6.5.1. Prazo de execução do objeto: devido às características específicas dos bens, serão estimados prazos detalhados para entrega e montagem. Estes prazos, juntamente com os demais requisitos do modelo de execução, serão especificados no Termo de Referência.

6.6. As condições de julgamento das propostas, bem como critérios de qualificação técnica serão dispostas no TR, considerando o quanto exposto neste Estudo.

6.7. No que se refere à descrição das atividades sob responsabilidade da Contratada, tem-se a seguinte definição:

SERVIÇO	DESCRIÇÃO
FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO CORPORATIVO	Disponibilização de mobiliário corporativo para o contratante conforme descrição do item e condições do Termo de Referência.
MONTAGEM	Consiste na montagem, caso o item seja entregue em peças, de mobiliário, nas dependências da Contratante.
ENTREGA	Transporte, pelo Contratado, do mobiliário corporativo especificado e entrega no local estabelecido pela Contratante no Termo de Referência.
MANUTENÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE MOBILIÁRIO	Observar, durante o prazo de garantia, a obrigatoriedade de proceder a correção de vícios, defeitos ou incorreções, resultantes dos materiais empregados ou do inadequado transporte/entrega, sem exclusão, se for o caso, da substituição do produto defeituoso, no prazo determinado pela Contratante.

6.8. No que se refere aos requisitos técnicos da aquisição:

6.8.1. Os critérios utilizados na especificação dos itens se encontram na NBR 13.962 no qual estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras para escritório, bem como, no item 3.1 da INR17: "e) manter uma cadeira de trabalho com assento e encosto para apoio lombar, com estofamento de densidade adequada, ajustáveis à estatura do trabalhador e à natureza da tarefa."

		Assento em polipropileno (PP) injetado, copolímero (material resistente a alto impacto), moldado anatomicamente. Espuma de poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o "estado de
--	--	---



*Figura 1 – Presidência /
Diretor Imagem ilustrativa*

**POLTRONA
GIRATÓRIA
ESPALDAR
ALTO COM
APOIO DE
CABEÇA NA
COR PRETA**

risco"). Densidade entre 45 e 48 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm. O assento com ajuste de profundidade e alcance de 76 mm, com borda curva ou cachoeira. Acabamento nas partes metálicas: Pintura eletrostática epóxi micro texturizada. Comprovação da resistência a corrosão nos termos da NBR 8094:1983 desempenho mínimo de 1500 horas, NBR 8095: 2015 desempenho mínimo de 800 horas e NBR 8096:1983 desempenho mínimo de 500 horas. Comprovação da espessura da camada de tinta nos termos da NBR 10443 /2008 e da aderência da tinta nos termos da NBR 11003 /2009 versão corrigida 2010;

Apoia braços reguláveis com formato de "T", de dupla injeção, com parte estrutural injetada em polipropileno (PP) com 20% de fibra de vidro, e a parte do apoio do braço injetada em poliuretano (PU) integral skin com toque macio. Reguláveis com ajuste vertical (altura) com 9 estágios de regulagens e curso de 87 mm. Fixação em três pontos triangulares através de suporte retangular com parafusos com rosca M6. Medidas: Largura de apoia braços 70 mm e comprimento de 260 mm.

Mecanismo sincronizado com corpo em chapa de aço estampada com espessura de 3,35 mm, com inclinação do encosto e assento com regulável com curso de ângulo entre -5° a +5°, base c/ 5 patas injetada em polímero termoplástico de alta resistência, nylon com fibra, com nervuras de reforço longitudinais; diâmetro externo de 700 mm e altura de 140 mm. Com alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Alojamento central para a coluna a gás possui anel de aço carbono 1010 /1020 que faz a função estrutural. Medidas do assento: largura de 500 mm e profundidade de 450 mm;

Medidas do encosto: largura de 460 mm e altura de 620 mm;

Capas de proteção do assento fabricadas em polipropileno (material resistente a alto impacto) injetado, texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, sendo com raio de curvatura maior do que 2 mm;

com sistema de acionamento pneumático fabricado em tubo de aço SAE 1020 de 50,00 x 1,50mm. Acabamento. Comprimento do corpo de 240mm e regulação mínima de altura de 120mm. Ajuste de altura do assento de 406mm a 533mm. Peso suportado mínimo 120 kg.

(CATMAT 606145)

		PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO DE 60 MESES.
--	--	---



Figura 2 - Coordenador-Geral / coordenador
Imagem ilustrativa

**CADEIRA
GIRATÓRIA
ESPALDAR ALTO
COM APOIO DE
CABEÇA NA COR
PRETA**

Assento em madeira compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura de 12 mm (7 lâminas). Espuma de poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 50 e 55 kg/m³, Com NBR 8797/2017 determinação da deformação permanente à compressão; NBR 8910/2016 determinação da resistência a compressão; NBR 9176/2016 determinação da força de indentação; NBR 14961 /2019 determinação do teor de cinzas; NBR 8515/2020 determinação da resistência a tração; NBR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento.

Mecanismo sincronizado com ajuste lateral e ajuste de profundidade do assento. sistema de segurança chamado anti-shock ou anti-impacto que impede a volta automática e involuntária do encosto e sujeita sua volta à decisão do usuário. O curso de regulagem de 60 mm. Base c/ 5 patas injetada em polímero termoplástico de alta resistência, nylon com fibra, com nervuras de reforço longitudinais; diâmetro externo de 700 mm e altura de 140 mm. Com alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm, função estrutural Medidas: largura de 447 mm e altura de 550 mm; Apoio de cabeça injetado anatomicamente em polipropileno, ~~possui~~ com 2 suportes reguláveis, espuma laminada de 10 mm de altura, densidade de 33 Kg / m³ e curso de regulagem de 50 mm. Revestimento laminado sintético preto; Apoia braços reguláveis com formato de "T", de dupla injeção, com parte estrutural injetada em polipropileno (PP) com 20% de fibra de vidro, e a parte do apoio do braço injetada em poliuretano (PU) integral skin com toque macio. Reguláveis com ajuste vertical (altura) com 9 estágios de regulagens e curso de 87

mm. Medidas: Largura de apoia braços 70 mm e comprimento de 260 mm. Afastamento Lateral Apoia Braço. Peso suportado mínimo 120 kg.

(CATMAT 602025)

PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO DE 60 MESES.



Figura 3 - Servidores e Colaboradores - Imagem ilustrativa

**CADEIRA
GIRATÓRIA COM
BRAÇO/
ESPALDAR
MÉDIO NA COR
PRETA**

Assento com painel de madeira compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura de 12 mm (7 lâminas). Espuma de poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o "estado de risco"). Densidade entre 50 e 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura de 40 mm, com Isenção de CFC. Com NBR 8797/2017 determinação da deformação permanente à compressão; NBR 8910/2016 determinação da resistência a compressão; NBR 9176/2016 determinação da força de indentação; NBR 14961/2019 determinação do teor de cinzas; NBR 8515/2020 determinação da resistência a tração; NBR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento.

Medidas assento: largura de 454 mm e profundidade de 457 mm;

Encosto em tela com estrutura injetada em peça única em polipropileno PP, copolímero com 30% da fibra de vidro (material resistente a alto impacto), moldado anatomicamente. Possui guias verticais na parte interna do encosto para fixação e ajuste o apoio lombar.


Revestimento do encosto em tecido tipo tela sintética confeccionada em plástico de engenharia PES com 250g/m² com alta resistência à atração e rasgo.

Medidas: largura de 434 mm e altura de 435 mm; Capa de proteção do assento, fabricada em polipropileno (material resistente a alto impacto) injetado, texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, sendo com raio de curvatura maior do que 2 mm;

Apoia braços reguláveis com formato de "T", de dupla injeção, com parte estrutural injetada em polipropileno (PP) com 20% de fibra de vidro, e a parte do apoio do braço injetada em poliuretano


Mecanismo sincronizado com corpo em chapa de aço estampada com espessura de 3,35 mm, com inclinação do encosto e assento com regulável com curso de ângulo entre -5° a +5°. Peso suportado mínimo 120 kg.



CATMAT 475766)

		PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO DE 60 MESES.
<div><p><i>Figura 4 – Presidência - Imagem ilustrativa</i></p></div>	SOFÁ DE 03 (três) LUGARES NA COR PRETA	<p>Assento e encosto compostos por estrutura de madeira proveniente de reflorestamento (eucalipto), painéis de estofamento em compensado e persintas elásticas; almofadas do assento e encosto fixos, com espuma laminada com espessura de 100 mm no assento e densidade D 28, e 120 mm no encosto e densidade D 20, com camada de manta "termobonding" de 30 mm de espessura entre a espuma e o revestimento. Forro de acabamento inferior em TNT grampeado junto à armação. Estrutura metálica em tubo de aço SAE 1010 /1020 de Ø 7/8" (22,22 mm) x 1,5 mm de espessura, com travessas laterais, inferiores e pés</p> <p>Sapatas injetadas em resina termoplástica, polipropileno (Pp), com Ø 7/8" (22,22 mm), que tem como características, elevada resistência ao impacto e à abrasão, elevada resistência química, atóxico, fixados a estrutura através de encaixe dispensando qualquer elemento fixador.</p> <p>Revestimento em laminado sintético.</p> <p>Com acabamento superficial cromado, que garante maior resistência à corrosão e à ferrugem, além de acabamento com muito mais brilho.</p> <p>Dimensões Gerais: Largura total = 2130 mm;</p> <p>Largura por assento = 590 mm; Profundidade total = 870 mm; Profundidade do assento = 560 mm; Altura do assento = 440 mm; Altura do encosto = 730 mm.</p> <p>(CATMAT 486635)</p> <p>PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO DE 60 MESES.</p>

		Especificações Técnicas:
--	--	--------------------------

 <p><i>Figura 5 – Vestiários e banheiros - Imagem ilustrativa</i></p>	<p>Armário em aço para vestiário</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acabamento: Fosfatizado, Antiferrugem. • Cor: Cinza com portar azul escuro; • Quantidade de portas: 8 unidades; • Altura: 1.98cm; • Largura: 1.24cm. • Profundidade: 0.42cm • Características adicionais: Tipo roupeiro, pitão para cadeado e gancho para cabide; • Material: Aço 26 <p>(CATMAT 463054)</p> <p>PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES.</p>
--	---	--

 <p><i>Figura 6 - Vestiários e banheiros – Imagem ilustrativa</i></p>	<p>Banco em madeira para vestiário</p>	<p>Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tampo em madeira de lei; • Acabamento envernizado claro; • Comprimento: 120cm; • Altura: 42cm; • Características adicionais: Estrutura em aço galvanizado e pintura eletroestática. <p>(CATMAT 300775)</p> <p>PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES.</p>
	<p>Biombo em aço para vestiário</p>	<p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Material: Aço; • Quantidade de módulos: 4 • Largura do módulo: 800mm; • Espessura do módulo: 80mm; • Altura do módulo: 1070mm; • Características adicionais: Acabamento: Fosfatizado, Antiferrugem.

 <p><i>Figura 7 – Biombo p/ vestiário - imagem ilustrativa</i></p>		<p>(CATMAT 257754)</p> <p>PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES.</p>
 <p><i>Figura 8 - Presidência - imagem ilustrativa</i></p>	<p>Mastro de bandeira com base em madeira</p>	<p>Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Material: Madeira Maciça; • Altura: 2,20m; • Diâmetro: 4cm; • Acabamento superficial envernizado; • Base em madeira para 3 mastros. <p>(CATMAT 486476)</p> <p>PRAZO DE GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES.</p>

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O levantamento da quantidade de cadeiras/poltronas a ser adquirida foi estimada após solicitação de verificação atualizada junto à CGPEO do quantitativo de servidores, colaboradores, estagiários e afins ativos no FNDE, SEI nº 4363249, bem como, levando em conta o atual quadro de funções/cargos de confiança do FNDE SEI nº 4508151 e, ainda, a necessidade de manter em estoque uma reserva técnica para o atendimento de eventuais demandas ocasionais.

7.2. Frise-se que a aquisição em tela visa atender, em especial, a necessidade de substituição no que concerne à totalidade das poltronas e cadeiras atualmente em uso na instituição, em face do resultado observado em pesquisa de clima organizacional da autarquia, além da formação de reserva técnica.

7.3. Semelhantemente, os demais itens (sofá, armários em aço, bancos, mastro para bandeira e biombo) tiveram suas quantidades estimadas em face dos locais previstos para sua instalação e formação de reserva técnica.

Item	Especificação do Item	Unidade de Fornecimento	Quant. Estimada
1	Poltrona Giratória Tipo Presidência/Diretor	Unidade	12
2	Cadeira Giratória Espaldar Alto/Apoio de Cabeça - Coordenador Geral/Coordenador	Unidade	140
3	Cadeira Giratória Espaldar Médio – Servidores/ colaboradores	Unidade	919
4	Sofá 3 Lugares	Unidade	10
5	Armários em aço para vestiário	Unidade	29
6	Bancos em madeira para vestiário	Unidade	10
7	Biombo em aço para vestiário	Unidade	4
8	Mastros de bandeira com base em madeira, para três mastros	Unidade	3

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.937.246,64

8.1. Para a aquisição dos sofás, cadeiras e poltronas, a pesquisa foi inteiramente conduzida utilizando o Painel de Preços, adotando como referência o preço médio encontrado nas

contratações dos órgãos da Administração Pública, conforme observado nos documentos: **Item 1** (SEI nº 4506914 e 4506922), **Item 2** (SEI nº 4507305 e 4507308), **Item 3** (SEI nº 4507335 e 4507340), **Item 4** (SEI nº 4319829 e 4319825).

8.2. Igualmente, a pesquisa para a aquisição de bancos, armários, biombos e mastros foi realizada exclusivamente por meio do Painel de Preços, utilizando como referência o preço médio observado em contratações de órgãos da Administração Pública. As informações estão detalhadas nos seguintes documentos: **Item 5** (SEI nº 4320836 e 4320831), **Item 6** (SEI nº 4320849 e 4320841), **Item 7** (SEI nº 4473180 e 4473185) e **Item 8** (SEI nº 4473190 e 4473192).

8.3. O valor total estimado para a contratação pretendida é de R\$ **1.937.246,64** (um milhão, novecentos e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Item	Especificação do Item	Unidade de Fornecimento	Quant. Estimada	Método	Valor Unitário (mediana)	Valor Total (mediana)
1	Poltrona Giratória Tipo Presidência/Diretor	Unidade	12	Painel de preços (valor médio)	R\$ 5.469,56	R\$ 65.634,72
2	Cadeira Giratória Espaldar Alto/Apoio de Cabeça - Coordenador Geral /coordenador	Unidade	140	Painel de preços (valor médio)	R\$ 3.534,38	R\$ 494.813,20
3	Cadeira Giratória Espaldar Médio – Servidores/ colaboradores	Unidade	919	Painel de preços (valor médio)	R\$ 1.390,41	R\$ 1.277.786,79
4	Sofá 3 Lugares	Unidade	10	Painel de preços (valor médio)	R\$ 5.836,67	R\$ 58.366,70
5	Armários em aço para vestiário	Unidade	29	Painel de preços (valor médio)	R\$ 882,60	R\$ 25.595,40
6	Bancos em madeira para vestiário	Unidade	10	Painel de preços (valor médio)	R\$ 962,36	R\$ 9.623,60
7	Biombo em aço para vestiário	Unidade	4	Painel de preços (valor médio)	R\$ 688,36	R\$ 2.753,44

8	Mastros de bandeira com base em madeira, para três mastros	Unidade	3	Painel de preços (valor médio)	R\$ 890,93	R\$ 2.672,79
	TOTAL					R\$ 1.937.246,64

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando, como indicado no tópico 5 deste ETP, que a solução da aquisição aponta para a simultânea possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão para uma parte dos itens (itens 1 a 3) e, também a aquisição por pregão para outra parte dos produtos (itens 4 a 8) em relação a estes últimos recomenda-se a aquisição por item, sem perda de eficiência à aquisição pretendida ou prejuízos à competitividade esperada no futuro certame licitatório.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica correlação direta do objeto com outras contratações do FNDE.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação faz parte do Documento de Demanda 30/2024 – PAC 2024 SEI Nº (3994665).

11.2. De acordo com o planejamento estratégico da autarquia, desdobrado entre as suas unidades organizacionais, encontra-se inserida no eixo ‘Pessoas e Tecnologia’ a seguinte Ação, dentre outras: 10. Promover ações para tornar o FNDE um órgão atrativo para trabalhar (conforme Mapa Estratégico FNDE 2023-2027 disponível no *link*: <https://fnde.sharepoint.com/sites/Institucional/SitePages/Plano-Estrat%C3%A9gico.aspx>). Por essa razão, como explicitado no início do presente documento e como resultado de recente pesquisa de clima organizacional um dos pontos de melhoria apontado envolve o atual mobiliário da instituição, assim espera-se que a presente contratação contribua para a consecução da mencionada ação, estando assim alinhada ao planejamento estratégico do órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A solução descrita neste estudo visa produzir os seguintes resultados efetivos:

12.1.1. ASPECTOS TÉCNICOS: Estruturação de ambientes de trabalho com mobiliário adequado, em bom estado, e, de acordo com as normas de engenharia de trabalho e ergonomia para que os serviços públicos sejam prestados de forma adequada, evitando eventuais acidentes de trabalho do quadro de pessoal do FNDE.

12.1.2. ASPECTOS ECONÔMICOS: Renovação do acervo patrimonial de mobiliário, com a substituição de materiais cuja manutenção se tornou antieconômica, ou que tenham sofrido desgaste inevitável do tempo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A falta de exigência de certificações quanto aos produtos adquiridos e das empresas fornecedoras, pode gerar impactos negativos na cadeia de fornecimento de móveis com selo de sustentabilidade. Da mesma forma, a falta de responsabilidade no ciclo de vida dos insumos pode acarretar prejuízos ambientais, como a poluição de metais pesados e outros compostos químicos contidos nos produtos no solo e na água, quando eles chegam a aterros sanitários. Além disso, alguns componentes possuem tempo de decomposição notavelmente lento para ser completamente decomposto, prejudicando a vida na fauna e flora do planeta.

14.2. Dessa forma, pelo fato de os produtos adquiridos serem classificados como material permanente, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), a Administração obedecerá ao disposto no Decreto nº 9.373 de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional após o fim de sua vida útil, mediante o devido processo administrativo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Considerando:

- a) As motivações, justificativas e informações constantes do presente estudo técnico preliminar;
- b) As referências normativas aplicáveis ao objeto que foram analisadas neste estudo.

15.2. A equipe de Planejamento da Contratação, após concluir o Estudo Técnico Preliminar aqui registrado, observando o princípio da eficiência declara ser viável a aquisição de parte dos produtos (itens 1 a 3) mediante a adesão a Ata de Registro de Preços de outros órgãos, assim

como, a realização de pregão eletrônico para a aquisição de outra parte dos materiais (itens 4 a 8), objetivando a atualização de significativa parcela do mobiliário da autarquia.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SABRINE DA SILVA ARAUJO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 03/12/2024 às 20:15:55.

LUCIANO FRANCISCO MATTOS SILVA

técnico nível médio



Assinou eletronicamente em 03/12/2024 às 19:07:01.

FIRMINO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/12/2024 às 18:53:58.